

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 077

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02 - Marcos Isfer e Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 020ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE MARÇO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Elio Rusch, secretariada pelos Senhores Deputados Valdir Rossoni e Divanir Braz Palma.

Às quinze horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Edson Strapasson, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Chico Noroeste, Duílio Genari, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Ricardo Chab, Ricardo Maia e Tiago de Amorim Novaes (16).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1806

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco das proposições de veto, itens 01 a 09, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 06.06.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições de veto, itens 01 a 09, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Aprovado.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)

Senhor presidente, até pela importância do fato e pela repercussão da notícia, eu, na condição de Líder da Bancada do PSDB, gostaria de fazer um comunicado a esta Casa, em nome do Senador Álvaro Dias, do Senador Osmar Dias, de toda a Bancada Federal do PSDB e, tenho certeza, da Bancada Estadual do PSDB.

A Bancada Federal do PSDB acabou de se reunir em Brasília, juntamente com os Senadores Osmar e Álvaro, e decidiram em bloco de que não temem nenhum tipo de retaliação por parte do Diretório Nacional do PSDB. Atribuem essas declarações feitas a toda imprensa pelo Presidente do PSDB, José Anibal, a uma declaração pessoal. A Executiva não foi reunida, o Partido não foi reunido para tomar tal atitude e ele não estaria autorizado, portanto, a fazer tal declaração.

Para todos os efeitos, tanto Álvaro Dias quanto Osmar Dias, na medida em que assinam este requerimento pedindo a implantação da CPI Nacional Contra a Corrupção, nada mais fazem do que agir de acordo com os interesses da sociedade brasileira, de acordo com a vontade popular, e de acordo com a ética, com a boa prática política, então não têm porque temer.

Até peço escusas a Vossa Excelência, mas acho que pelo momento, se não fizesse este esclarecimento em nome de Álvaro Dias e Osmar Dias, os nossos Senadores, em nome do PSDB, certamente estaríamos perdendo uma oportunidade que amanhã pode ser tarde.

Então, fica aqui firmada, registrada a posição oficial da Bancada do PSDB do Paraná na Câmara dos Deputados, incluindo os deputados e senadores e naturalmente da Bancada Estadual do PSDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Aprovado o requerimento que pede a votação em bloco.

Vamos votar em bloco, do item 01 a 09, os vetos que constam da Ordem do Dia de hoje, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 064/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 179/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Usuários de Serviços Públicos Delegados. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 175/2000

Curitiba, 05.09.2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 109/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 179/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual dos Usuários dos Serviços Públicos Estaduais Delegados a Terceiros, por concessão ou permissão.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujos termos são por mim ratificados e adiante transcritos, considerando a medida contrária ao interesse público, por absoluta inexecutabilidade:

“Em análise o Projeto de Lei nº 179/99 de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que visa a instituição de um ‘Conselho Estadual de usuários de Serviços Públicos Estaduais Delegados a Terceiros’.

A respeito, em que pese a nossa inteira concordância com os objetivos da referida iniciativa, é de se ressaltar que encontra-se em adiantado estágio de definição no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, estudos que visam dotar o Estado de estrutura de regulação de serviços públicos concedidos ou permitidos, na qual os indispensáveis canais de oitiva aos usuários constituem-se em foco primordial dos estudos em curso.

Isto posto, entendemos que a criação de conselho sem a necessária conectividade e integração com as estruturas de regulação, bem como com os demais órgãos e entidades de defesa dos usuários/consumidores, ainda que eivada de legítimas intenções, por certo carecerá de possibilidades para o alcance de seus objetivos.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 179/99 foi publicado em redação final, no DA nº 071/2000, de 06.06.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 064/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 179/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Usuários de Serviços Públicos Delegados.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 068/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 018/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 210/2000

Curitiba, 25.10.2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 109/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 179/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o cinto de segurança fica “determinado como equipamento obrigatório nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná”.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre do adiante transcrito parecer da Secretaria de Estado dos Transportes (DER) que, considerando a medida inconstitucional, por ferir o artigo 22, inciso XI, da Magna Carta, assevera:

“Em análise ao presente Projeto de Lei sob nº 018/95, de autoria do Deputado Estadual Luiz Carlos Martins, o qual em síntese pretende instituir a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná, temos a considerar preliminarmente, que o presente projeto de lei, se promulgado, irá afrontar a lei federal, rompendo a hierarquia das leis, além do que a mesma se afigura como inconstitucional, visto que é competência exclusiva da União legislar sobre trânsito, conforme assevera o artigo 22, XI da Constituição Federal.

Por outro lado ainda, a referida obrigatoriedade do uso do cinto de segurança nos ônibus, já se encontra contemplada no artigo 105 da Lei 9503/97 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e Resolução 014/98 do Conselho Nacional de Trânsito - Contran, que assim dispõem:

CTB - art. 105 - inciso I - São equipamentos obrigatórios dos veículos, entre outros a serem estabelecidos pelo Contran:

Cinto de segurança, conforme regulamentação específica do Contran, com exceção dos veículos destinados ao transporte de passageiros em percursos em que seja permitido viajar em pé;

Resolução nº 014/98 - Contran

Art. 1º - Para circular em vias públicas, os veículos deverão estar dotados dos equipamentos obrigatórios relacionados abaixo, a serem constatados pela fiscalização em condições de funcionamento.

I - Os veículos automotores e ônibus elétricos;

...

22) Cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo.

Art. 2º - Dos equipamentos relacionados no artigo anterior não se exigirá:

IV - Cinto de segurança;

a) para os passageiros nos ônibus e microônibus produzidos até 01.01.1999;

b) até 01/01/99, para o condutor e tripulantes, nos ônibus e microônibus;

c) para os veículos destinados aos transportes de passageiros, em percursos que seja permitido viajar em pé.

Art. 6º - Os veículos automotores produzidos a partir de 01.01.99, deverão ser dotados dos seguintes equipamentos obrigatórios:

IV - Cinto de segurança graduáveis e de três pontos e em todos os assentos dos automóveis. Nos assentos centrais o cinto poderá ser do tipo sub-abdominais;

Parágrafo Único - Os ônibus e microônibus poderão utilizar cinto sub-abdominal para passageiro.

Nota-se pela leitura destes dispositivos, que somente os ônibus fabricados a partir de 01.01.99, é que estão obrigados a instalarem os cintos de segurança para todos os passageiros, sendo que os veículos fabricados e registrados antes daquela data, não é obrigatório conter aquele equipamento, visto a impossibilidade de se adaptar os mesmos com segurança absoluta, face os veículos não serem projetados e dimensionados para terem aqueles dispositivos.

Isto posto, entendemos que não deve prosperar o presente projeto de lei, não só pela ilegalidade e inconstitucionalidade apontadas, mas sim, pelo fato de que já existe legislação que trata da matéria.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 018/95 foi publicado em redação final, no DA nº122/2000, de 18.09.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 068/2000

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 018/95 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 386/2000, de autoria do Deputado Nelson Justus, que determina que os primeiros tenentes PM - músicos, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, passem para a reserva remunerada com os proventos de capitão. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 005/2001

Curitiba, 05.01.2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 300/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição

conferida pelo artigo 87, inciso VII, na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 386/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a “passar para a reserva remunerada com os proventos de capitão, os primeiros tenentes PM - músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço.”

O projeto de lei em referência não mereceu sanção tendo em vista sua indiscutível inconstitucionalidade, pois, não tendo sido originário de proposição do Poder Executivo, fere o preceito contido no artigo 66, inciso II, da Carta Estadual, segundo o qual é privativa competência do Governador do Estado a iniciativa de leis que disponham sobre “reforma e transferência de policiais para a reserva.”

Por outro lado, demonstrando ser ainda mais acentuada a inconstitucionalidade da medida, pareces das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Administração, bem como da Parana Previdência enfatizam, também, o fato de que, se acolhido, o presente projeto de lei afrontaria preceitos da Magna Carta (artigo 40) e da Constituição Estadual (artigos 45 e 35, §§ 2º e 3º).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 386/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 190/2000, de 14.12.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 005/2001

P A R E C E R :

A proposição em tela trata de veto apostado ao Projeto de Lei nº 386/2000, de autoria do Deputado Nelson Justus, que “determina que os primeiros tenentes PM - músico, com curso superior na área musical e que tenham completado 35 (trinta e cinco) anos de serviço, passem para a reserva remunerada com os proventos de capitão”.

O governador do Estado, usando das atribuições conferidas pelo artigo 87, inciso VII, e dispondo dos prazos estabelecidos pelo § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou o referido projeto de lei por julgá-lo inconstitucional, “pois fere o preceito contido no artigo 66, inciso II, da Carta Estadual, segundo o qual é competência privativa do governador do Estado a iniciativa de leis que disponham sobre reforma e transferência de policiais para a reserva”. Cita ainda pareceres das Secretarias da Segurança Pública, da administração, e da

Parana Previdência enfatizando que o projeto de lei afronta o artigo 40 da Carta Magna e os artigos 45 e 35, §§ 2º e 3º da Constituição Estadual.

Tendo sido o veto proferido dentro do prazo constitucional, a presente proposição encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis, nos termos regimentais.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a custear as despesas com exame de DNA. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 042/2001

Curitiba, 16.01.2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 231/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 124/99, por inconstitucionalidade, porque, comprometendo recursos públicos não previstos na “Lei de Meios”, fere os artigos 133 e seguintes da mesma Constituição e, ainda, por conseqüente desatendimento às determinantes da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 124/99 foi publicado em redação final, no DA nº 155/2000, de 08.11.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 017/2001

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 124/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a custear as despesas com exames de DNA.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental,

somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/2000, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 053/2000, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre o controle e a comercialização do adesivo químico “cola de sapateiro”. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 044/2001

Curitiba, 16.01.2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 242/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 053/2000, por inconstitucionalidade, porque, comprometendo recursos públicos não previstos na “Lei de Meios”, fere os artigos 133 e seguintes da mesma Constituição e, ainda, por conseqüente desatendimento às determinantes da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 053/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 164/2000, de 21.11.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 018/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 053/2000, de autoria do Deputado Ademir Bier, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir em todo o território do Estado do Paraná, o controle e o receituário comercial das empresas que exercem o comércio de produtos cuja composição contenha “cola de sapateiro”.

O projeto foi vetado pelo governador sob a alegação de não estar previsto na “Lei de Meios”, ferindo o artigo 133 e seguintes da Constituição Estadual, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todavia, os argumentos expendidos no veto não encontram respaldo no ordenamento jurídico, se não vejamos:

O referido projeto de lei, por ser meramente autorizatório, e portanto subjugado ao critério de conveniência e oportunidade da administração, não fere a “Lei de Meios” e muito menos a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não deve ser utilizada para justificar falta de vontade política do Executivo.

É dever do Estado zelar pelo bem estar da população, e o projeto de lei vetado contribui, de forma salutar, para esta missão.

Consta do artigo 1º da Constituição Federal que o estado democrático de direito está pautado na dignidade humana (artigo 1º, III, CEF/88).

O projeto de lei vetado procura resguardar a dignidade da pessoa humana, ao tentar minimizar o grave problema dos viciados em cola de sapateiro, problema comum entre os menores de rua, que acaba por degradar a sociedade.

O artigo 6º da Constituição Federal elenca como direito social o direito à saúde, e este direito está severamente ameaçado quando o Estado é omissor em seus deveres.

Pelo exposto, o veto, quanto ao mérito, não encontra amparo constitucional e legal, porém, cumpriu os prazos regimentais e constitucionais, razão pela qual sou favorável à sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 290/2000, de autoria do Deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Marialva o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 059/2001

Curitiba, 16.01.2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 232/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 290/2000, por ser contrário ao interesse do Estado pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, ter sido havido pelo Estado através de desapropriação para ser utilizado em faixa de domínio de rodovia.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 290/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 154/2000, de 08.11.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO APOSTO AO

PROJETO DE LEI Nº 290/2000

P A R E C E R :

Projeto de Lei nº 290/2000 de autoria do Deputado Ricardo Maia, autoriza o governo do Estado do Paraná a doar ao Município de Marialva o lote de terras nº 03/72 da Gleba Patrimônio de Marialva.

Tendo sido aprovado nesta Casa de Leis, foi o respectivo autógrafo encaminhado ao Senhor Governador que, exercendo seu poder de veto, assim o fez, e, no prazo constitucional e comunicou o fato a esta Assembléia Legislativa do Estado.

Desta forma, a proposição de veto está em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/2001, veto parcial ao Projeto de Lei nº 140/2000, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer requisitos para criação, a autorização, o acompanhamento, a avaliação e o reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 056/2001

Curitiba, 16.01.2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 223/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 140/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estabelecer os requisitos para a criação, autorização de funcionamento, acompanhamento, avaliação e reconhecimento dos cursos de graduação na área médica das insti-

tuições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que considera a medida, pela forma como está posta, contrária ao interesse público, pelo fato de a Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, condicionar à formal delegação pelo Governo Federal, para a possibilidade de legislação estadual sobre o assunto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 140/2000 foi publicado em redação final, no DA nº 147/2000, de 30.10.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 021/2001

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 140/2000 de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer requisitos para criação, a autorização, o acompanhamento, a avaliação e o reconhecimento dos cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação e adota outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 028/2001, veto apostado ao Projeto de Lei nº 094/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que concede isenção aos portadores de deficiência física, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 039/2001

Curitiba, 16.01.2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 253/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 094/99, por julgá-lo

contrário ao interesse público, tendo em vista que fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), porque estabelece caso de renúncia fiscal de forma não permitida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 094/99 foi publicado em redação final, no DA nº 154/2000, de 08.11.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 028/2001

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 094/99 de autoria do Deputado Beto Richa, que visa conceder isenção aos portadores de deficiência física, conforme específica.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 632/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Médio Oeste. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 040/2001

Curitiba, 16.01.2001.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 156/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 632/99, por inconstitucionalidade, porque, não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso IV, da mesma Constituição e, ainda, porque desatende a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a esta colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 632/99 foi publicado em redação final, no DA nº 110/2000, de 23.08.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 029/2001

P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 632/99 de autoria do Deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa do Médio Oeste.

Chamada esta comissão a se manifestar, observou-se o cumprimento do prazo legal e regimental de acordo com o artigo 71 da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, ao encaminhamento desta proposição veto para a apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Queremos registrar a presença do Prefeito de Marechal Cândido Rondon, Edson, dos Vereadores Danilo, Marino Variate e do seu chefe de gabinete, Arno.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Só para alertar a Mesa, senhor presidente, que estamos permitindo a votação em bloco, desses vetos, porque com todo respeito às matérias, elas não são polêmicas. Agora, quando tivermos matéria polêmicas aqui, vamos pedir que o Regimento Interno desta Casa seja cumprido, que proíbe a votação de vetos em blocos.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas gostaria de registrar a presença aqui, na nossa tribuna de honra, do Prefeito de Tapejara do Oeste, Leonardo Titti, acompanhado do diretor da Anembi Agro-Industrial, que nos dão a honra com a sua visita aqui, hoje, na Assembleia Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, é evidente que o ideal seria que estivéssemos discutindo e votando, separadamente cada um desses vetos, para que pudéssemos fazer um juízo melhor, na hora da decisão de nossos votos.

Mas, quero conclamar aos senhores deputados para que façamos, ainda que rapidamente, um exame de consciência, porque, evidentemente, os vetos que estão aqui colocados, para nossa deliberação, são vetos coloca-

dos em projetos da maior importância, do maior significado.

Por exemplo, o item nº 09, projeto de autoria do Deputado Ademir Bier, que cria a Região Administrativa do Médio Oeste do Paraná. Posso dizer a todos aqueles que aqui estão presentes, da importância que reside nesta tentativa do Deputado Ademir Bier, porque em, 1990, quando deputado, cumprindo o meu segundo mandato na Assembléia, no Governo Álvaro Dias, aprovamos aqui na Assembléia, o projeto que criou a Região Administrativa Central do Paraná, com sede na cidade de Ivaiporã. E a partir da constituição da região administrativa, conseguimos, não só manter as estruturas regionais, o Núcleo Regional da Emater, da Agricultura, do ITCF - naquela ocasião Comapar - Núcleo Regional da Educação, como conseguimos implantar diversos outros núcleos regionais, que deram à cidade e à região de Ivaiporã, um dinamismo maior do que aquele que experimentava, naquele momento.

Por essa razão, não vejo porque este projeto tivesse que ser vetado pelo governador.

E todos os demais aqui constantes, por exemplo, o item nº 03, do Deputado Nelson Justus, apresentado a esta Casa, que determina que o primeiro tenente, músico, com curso superior na área musical, que tenha completado 35 anos de serviço, passe à reserva remunerada, com proventos de capitão. Todos sabemos que esta é uma reivindicação realmente bastante importante, que foi trazida a nós pelo Maestro Max, para que ele e outros companheiros seus que não tiveram, quando na ativa, a oportunidade de chegar a capitão, que pudessem, pelo menos na aposentadoria, ter os proventos de capitão.

O projeto nº 04, do Deputado José Maria Ferreira, autoriza o Poder Executivo a custear exames de DNA. Todos sabemos - e a televisão mostra todo dia, em programas de rede estadual e nacional - a busca constante de pessoas que querem realizar um exame de DNA e não conseguem pelo alto custo. Então, nada mais justo que o Poder público pudesse custear.

E vai por aí afora... Quer dizer, todos estes projetos de importância capital para os destinos do Estado do Paraná.

Por esta razão é que peço aos senhores deputados, inclusive ao Deputado Luiz Carlos Martins, que propõe aqui o uso de cinto de segurança nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais.

São projetos de interesse de toda sociedade e que foram, sem maiores explicações, vetados pelo governador, e que cabe a nós aprovarmos esses projetos, e que, se não me falha a memória, todos eles por unanimidade de votos desta Casa, que agora façamos prevalecer a nossa iniciativa e a nossa vontade, a vontade do Parlamento, a vontade do povo, que era de ver esses projetos transformados em lei, e para que isso aconteça, o nosso dever, nesta hora, nossa manifestação neste instante, é para que os senhores deputados votem contrariamente aos vetos, com a cédula “não”, até porque esta Casa é o local onde

se pretende que sejam com seriedade as coisas tratadas, e é nesta linha de seriedade que estamos fazendo o nosso encaminhamento.

Por esta razão, entendo - e repito mais uma vez aquilo que já disse na semana passada - muitas e muitas vezes, a todo instante, não só nós, mas outros deputados desta Casa, são cobrados no sentido de valorizar o Legislativo.

Sei que o Presidente Elio Rusch é cobrado hoje quando no exercício da Presidência, o Deputado Rossoni, o Deputado Hermas, o que estão fazendo para valorizar a Assembléia, o que estão fazendo para fortalecer o Legislativo, a hora de demonstrarmos que estamos lutando pelo fortalecimento do Legislativo, é agora, quando os projetos que aprovamos por unanimidade, são vetados pelo governador, e não são projetos que tratem de coisas chulas, não são projetos que tratem de besteiras, são projetos que tratam de coisas importantes para a sociedade paranaense.

Por isso, peço aos senhores deputados que querem valorizar e fortalecer o Legislativo, que votem “não” aos vetos que serão apreciados agora.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Também no mesmo sentido que faz o Deputado Orlando Pessuti, nós já estamos com tantas poucas prerrogativas nesta Assembléia, que neste momento que podemos discutir com profundidade alguns projetos que passaram por este Plenário, que receberam o apoio dos senhores parlamentares, que tramitaram pelas comissões, exigiram horas e horas dos senhores parlamentares nas suas diversas comissões para receber os pareceres, esta Casa aprova, manda para o Governo do Estado, volta como veto e parece que depois ninguém mais está aí, ligando mais nada.

São vetos importantíssimos aqui, vejo aqui um do ex-Deputado Beto Richa, que pede isenção para portadores de deficiência física, é um projeto que entra na área da ciência e tecnologia. São projetos de altíssima indagação e não podemos simplesmente aqui, numa paulada só - me perdoe o termo chulo - de votar tudo, como se fosse tudo brincadeira desta Casa.

Comungo do mesmo pensamento do Deputado Orlando Pessuti, se não começarmos a valorizar o pouco que temos aqui, Deputado Waldyr Pugliesi, se é por questão de pressa, que todo mundo quer votar correndo para cair fora do plenário, então que se coloque dois ou três vetos por dia, não se faça uma sessão com nove vetos e se vota tudo numa vez só, matérias diferenciadas.

Faço um apelo também a todos os parlamentares, ou melhoramos a qualidade do serviço desta Casa, que já é bom, no seu todo, uma Assembléia que tem prestado um grande serviço à sociedade paranaense, não pode depois de ouvir a comunidade que vai ao parlamentar e pede para que ele crie uma lei, para que ele crie um projeto de lei, o deputado faz, exige, a preocupação dos seus companheiros de Casa, nas Comissões Internas, discute-

se, chama o pessoal para ser ouvido e chega aqui depois numa tacada só, votamos nove vetos e como se nada disso tivesse validade!

Comungo do mesmo pensamento e conclamo os senhores parlamentares, vamos começar a mudar esta coisa aqui. Não é uma questão de interesse da maioria do governo. Não se trata disso, trata-se de projeto de deputados que fazem arte, aqui, da Bancada do Governo, que estão sendo vetados e, o deputado sequer está dando atenção para isso. Temos que mudar a coisa aqui.

O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)

Gostaria de entrar no mesmo esquema do Deputado Algaci e do Deputado Orlando Pessuti e pedir destaque, até por ser matéria diferente. O destaque do item nº 05, num projeto de nossa autoria, que diz respeito à cola de sapateiro. Se é possível fazer esse encaminhamento verbal para depois protocolar o requerimento de destaque do item nº 05.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito ao Deputado Ademir Bier que peça à sua assessoria que proceda, que faça o requerimento e aceitaremos o seu requerimento como destaque.

Pela ordem, Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Salvo engano, o meu requerimento pedindo votação em bloco já foi aprovado. Evidentemente, sendo aprovado, não cabe mais pedir destaque.

Respeito a decisão de Vossa Excelência que está presidindo a sessão - não quero polemizar - mas só que seja fundamentado no nosso Regimento Interno, segundo o entendimento anunciado pelo nosso Presidente, o Deputado Hermas Brandão, que todos os encaminhamentos de agora em diante seriam feitos com fundamentação no Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Conversando agora há pouco com o Deputado Hermas Brandão, mas o pedido de destaque cabe, Deputado Durval Amaral.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Só para complementar, queria pedir à Mesa que, a partir desta data, a Mesa sequer receba um requerimento pedindo votação em bloco. Mas tem que partir da Mesa não receber o requerimento pedindo votação em bloco, porque fuge, contraria os interesses dos projetos.

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados. Queria aqui fazer coro à colocação do Deputado Algaci, quando se refere que projetos de grande interesse social, que foram discutidos e debatidos profundamente nesta Casa, são vetados pelo Governo do Estado. Não queremos aqui contrariar e dizer que o governador não tem razões. Só

que muitas vezes os vetos do governo vem alegando a inconstitucionalidade, ou muitas vezes alegando ser contrário a interesse público, de forma vaga.

Não temos aqui, nem sequer na Ordem do Dia, o projeto inicial, os pareceres que receberam, para que os deputados tenham uma consciência melhor da discussão, dos pareceres que receberam os projetos quando tramitam nesta Casa. Então, isso realmente nos dificulta.

Mas, queremos dizer que também somos contrários a essa votação em bloco, dando a impressão que são projetos que em pacotes, são soterrados por esta Casa. Não podemos, logicamente, colocar em bloco todos os projetos, se não houver no mínimo uma semelhança de objeto. Evidentemente, tem projetos que têm características semelhantes, que podem, no meu entender, serem votados em bloco.

Agora, não se pode votar em bloco projetos totalmente diferentes no seu sentido e, que nesse momento são soterrados como se não existissem.

Vem o nosso encaminhamento e pedindo aos nobres parlamentares que considerem essa questão, para que nós e esta Casa, já que temos uma estreita canaleta no poder de legislar. Nós aqui, contribuímos para que nós mesmos fiquemos soterrados junto com estes projetos, que no dia-a-dia são vetados pelo governo do Estado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados. Estamos votando aqui uma série de vetos, nove vetos. Vetos que versam sobre os mais diversos assuntos, desde a criação de um conselho de usuário, a pagamento e isenção das despesas do exame de DNA pelo Estado, como a doação de um imóvel. Colocamos todos na prateleira como se fosse um supermercado e estamos analisando e votando numa pancada só, como se tivéssemos ido na compra do supermercado na esquina, e analisando os vetos que o senhor governador dá.

Não sou, de forma nenhuma, contrário à questão do voto, mas precisamos ter no mínimo, critério. Se vamos analisar, vamos analisar de tal forma que o deputado ou a deputada que elaborou o projeto, que elaborou, que pensou, que discutiu, que foi na CCJ, na CF, na de Educação, na do Meio Ambiente, tenha respeito pelo trabalho dos senhores deputados e deputadas! Aqueles que lá na comissão votaram pela constitucionalidade, aqui hoje estão votando sem a mínima discussão, com o parecer, com uma carta que um assessor jurídico do Palácio elaborou, contrário ao projeto.

Ora, o que é que isto está valendo? O nosso voto na CCJ, na CF, na Comissão de Educação, na hora do mérito ou o que está sendo feito aqui? Desse jeito vamos continuar a só fazer análise e votação de projetos de declaração de Utilidade Pública. Por quê? Hoje temos projetos importantes aqui na pauta da Sessão Extraordinária, de vetos. Recebemos há quinze minutos toda matéria que vai ser votada, não dá para analisar, não tem a mínima condição de fazer uma análise dos vetos que estão sendo

apresentados e aí votamos “de carteirinha” com a coisa. Não dá. Temos que analisar. Não adianta dizer que estamos ensanduichados entre a Câmara Federal e a Câmara de Vereadores, porque só para votar projetos de declaração de Utilidade Pública, não precisa da Assembléia Legislativa. É um Poder e este Poder precisa se afirmar, até na hora que faz e que subscreve um parecer da CCJ ou de qualquer uma das Comissões Permanentes.

Solicitaria a compreensão de Vossa Excelência e a do Líder do Governo. Pediria que solicitasse a retirada dos projetos e vetos que são diferentes. Tenho dois: o primeiro e o quarto, que são totalmente diferentes. Não dá para fazer votação nestes termos, até porque o projeto de DNA que está aqui sendo vetado, o governo está executando que solicitou e quem nos acompanhou, que foi o próprio Tribunal de Justiça do Paraná. Por quê vetar? Por que perdemos a qualidade de deputados quando fazemos uma ação dessas?

Apresento aos meus companheiros deputados esta situação, e que tenhamos mais cuidado na hora de fazer a votação em bloco e peço à Mesa que escolha não os sete vetos como constam na pauta de hoje, mas que coloque menos e que possamos analisar com mais tranquilidade e que seja mais homogêneo se quisermos fazer a votação em bloco.

Solicito, portanto, e encaminharei em seguida a Vossa Excelência um requerimento, solicitando a retirada da pauta, dos itens 01 e do 04.

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

Tem aqui em pauta o item 5, onde consta veto parcial.

Analisando a documentação, fiquei em dúvida, porque aqui o veto é parcial. Gostaria que se fizesse a retirada da Ordem do Dia, para ter uma análise e ver se é veto parcial ou veto total.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O questionamento do Deputado Ademir Bier reside no seguinte fato: na Ordem do Dia consta que o veto é parcial, só que o veto não é parcial. É veto total, olhando a justificativa do governador. O erro deve ser de publicação na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Segundo informação da assessoria, o veto, Deputado Ademir Bier, ao seu projeto, é total.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Para Encaminhar**)

Vários colegas usaram da palavra no encaminhamento ou por questão de ordem, para reclamarem e referirem-se ao fato de votarmos em bloco, vetos apostos pelo senhor governador a projetos aprovados nesta Casa.

Todos têm razão. É difícil de convencimento de todos nós, incluir 7, 8 ou 10 vetos numa única votação. Acontece que é praxe, tornou-se praxe, nesta Casa, por-

que, vejamos: a Ordem do Dia tem 25 itens, 25 projetos que votamos na Ordem do Dia. Agora, vem a Sessão Extraordinária, mais 9 itens. Isso aqui é uma fábrica de leis, de projetos, de resoluções, não há Cristo que possa acompanhar, não há quem possa votar tantos projetos, tantas proposições e discuti-las ao mesmo tempo com profundidade, como disseram os moradores todos que antecederam.

Acho que a questão aí, deve recair sobre o novo Regimento Interno, que está aos cuidados do Deputado Caíto Quintana e que eu, pessoalmente, quero reiterar aqui publicamente. Acho que esse Plenário votar Utilidade Pública, senhor presidente.... Precisamos parar com isso, e votar outras matérias que pode - as comissões, ou administrativamente - esta Casa dar solução através da Mesa, até uma outra solução. O que não podemos é ficar votando, aqui, vinte, trinta projetos de lei, mais dez na Sessão Extraordinária, quando podemos buscar este remédio regimental.

Daí vou formular até um apelo ao Deputado Caíto Quintana, que embora não se encontra aqui no Plenário, e aos demais ilustres deputados, para quando votarmos as alterações do Regimento Interno, poderemos nos concentrar nisso. Daí a Casa poderá apreciar, nas Sessões Ordinárias ou Extraordinárias um ou dois projetos. Porque a Assembléia Legislativa tem prazo constitucional além do regimental, de apreciar os vetos apostos pelo Governador do Estado. Diferentemente do que fizemos até há pouco. Esta Casa chegava a votar, apreciar vetos de um ano, ano e seis meses, quando a Constituição diz trinta dias.

Não adianta termos trinta matérias, 30 itens na Ordem do Dia - quando poderíamos ter dois, três, a exemplo de outras Assembléias que têm até um número menor de sessões do que nós, do Estado do Paraná, e poderíamos, então, discutir projetos de maior alcance, com maior profundidade.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Concordo com o Deputado Basílio. Achei de fundamental importância, Excelência, que se colocássemos na pauta três, até cinco projetos de relevância, que fossem de relevância na área da cidadania, da justiça social, na área da família, dos filhos do meu Estado - eu acharia que teríamos mais tempo para discutir esses projetos, votar de acordo com a consciência de cada um do que votarmos, aí, trinta, quarenta projetos no afogadilho e nem a Oposição e nem a Situação tem condições de fazer um debate amplo, que vá de interesse não só aos nossos ideais, mas o interesse também da família brasileira do Estado do Paraná.

Concordo com Vossa Excelência e com os demais oradores que antecederam, a respeito da pauta da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Meus parabéns. Mais uma vez agradeço a Vossa Excelência mais uma vez nesse parlamento.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o Deputado Ademir Bier retira o destaque, para que possamos votar em bloco. Nós, do PMDB, solicitamos a todos os deputados que votem “não”, para rejeitar os vetos do Governador Jaime Lerner a todos os projetos que fazem parte da pauta do dia de hoje.

O SR. HERMES DA FONSECA (**Para Encaminhar**)

Quero, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, pedir que se vote “não” aos vetos do governador. Essa é a nossa posição e pedimos que todos os deputados desta Casa, num sinal de independência, também votem, para que realmente o Poder Executivo respeite as decisões deste Poder.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Para Encaminhar**)

O PDT, senhor presidente, o Deputado Eli Ghelere e esse que vos fala, votaremos contra também.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só quero esclarecer aos deputados, em especial ao Deputado Zé Maria, que o Deputado Hermas Brandão, há questão de umas três semanas, comunicou ao Plenário desta Casa, que iria cumprir rigorosamente o Regimento Interno na questão da retirada dos vetos da Ordem do dia.

Então, o veto estando na Ordem do Dia, não pode ser retirado, tem que ser votado.

Então, infelizmente, foi uma decisão já tomada pelo presidente, e não podemos, então, retirar hoje. Gostaríamos que todos os deputados assim cumprissem.

O Deputado Nereu Moura registra a presença do vice-prefeito do Município de Santana do Itararé, Senhor José Isak (Isaac?)

E a Deputada Serafina convida a todos os deputados para logo após a sessão, passar no seu gabinete - porque ela está de aniversário hoje - para todos receberem o convite para o jantar hoje à noite.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só contribuindo com o pedido de retirada do Deputado José Maria, queria fazer uma pergunta à Mesa: ontem, parece que foi retirado um projeto do Deputado Cartário, da Ordem do Dia, nas mesmas condições.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não foi retirado, foi votado.

Convidamos o 1º Secretário para que processa a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

Trinta e oito (38) senhores deputados votaram, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convidamos os Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Plauto Miró e Caíto Quintana, para fazerem os escrutínio dos votos.

Queremos comunicar aos senhores deputados, que o Deputado Neivo Beraldin pediu envio de informações há alguns dias passados, em relação aos contratos da Sanepar. E hoje, o Plenário, na Sessão Ordinária, foi aprovado um requerimento pedindo as informações em relação as respostas que não tinham chegado, ainda, a esta Casa.

Mas as respostas chegaram, foram protocoladas na Casa no dia 29 de maio. Então, automaticamente, o requerimento aprovado hoje, fica sem efeito.

Trinta e oito (38) deputados depositaram o seu voto.

Pela manutenção do veto, vinte e um (21). Contra o veto, dezesseis (16). Brancos, um (01).

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 188/2001

nomear, em face de habilitação em concurso público, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem o cargo de Taquígrafo “B”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, conforme especifica:

ROSAURA INÊS MACHADO DOS SANTOS

MARGARETE SIKORA

ANDRÉA URBAN

FÁBIO JOSÉ BRANTE

SANDRA MARA FERREIRA DE SOUZA

(Prot. nº 7338/2001)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.04.2001.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 221/2001

conceder, aposentadoria por invalidez, a HEITOR DA SILVA DUARTE, matrícula nº 40489, funcionário desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos artigos 139, 224 e 235, da Lei nº 6174/70, acrescidos de três (03) adicionais,

de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma lei, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 2180/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 222/2001

conceder, a LUIZ LIMA, matrícula nº 504, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Legislativo "A", NU-2, Ref. IV, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70, licença especial de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções no decênio compreendido entre 10.08.89 a 10.08.99.

(Prot. nº 3426/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 223/2001

conceder à CLEIDE DA SILVA, matrícula nº 40666, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, três meses (03) de licença especial, nos termos do parágrafo único, do artigo nº 247, da Lei nº 6174/70, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 3777/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 224/2001

conceder a NILTON ROBERTO BARBOSA, matrícula nº 41.055, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Procurador, Nível PRO, três meses (03) de licença especial, nos termos do parágrafo único, do artigo nº 247, da Lei nº 6174/70, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 3304/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 225/2001

conceder a ARI DREHMER, matrícula nº 40945, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Dentista, Nível E-07, lotado na Coordenadoria de Serviço Médico e Odontológico, três meses (03) de licença especial, nos termos do parágrafo único, do artigo nº 247, da Lei nº 6174/70, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 3524/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 226/2001

aposentar compulsoriamente, a partir de 13 de julho de 2000, data em que completou a idade limite institucional, NERITA RIBEIRO MELO VIANA, matrícula nº 40109, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do artigo 35, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos de dois (02) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo de fls. 10, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 4409/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 227/2001

conceder, aposentadoria por invalidez, a MARILENE MULLER, matrícula nº 40856, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-59, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos artigos 139, 224, da Lei nº 6174/70, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma lei, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 4495/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 228/2001

conceder, a HÉLIO SILVA URSULINO, matrícula nº 40785, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, três (03) meses de licença especial, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 4475/2001)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.06.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 59/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de DELOURES MENEGUSSO,

matrícula nº 40385, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, admitida em 01 de março de 1984, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4788/2001)

PORTARIA Nº 60/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de LIDIA SPEZIA, matrícula nº 40622, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, admitida em 09 de julho de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4825/2001)

PORTARIA Nº 61/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de MARIA JOSÉ ROCHA MASSULIO, matrícula nº 40631, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, admitida em 05 de julho de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4787/2001)

PORTARIA Nº 62/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de MARIA HELENA CARVALHO SAPALA, matrícula nº 40143, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, admitida em 01 de fevereiro de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de

não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4824/2001)

PORTARIA Nº 63/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de ELAINE SCHREINER DE OLIVEIRA, matrícula nº 40313, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, admitida em 01 de março de 1984, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4822/2001)

PORTARIA Nº 64/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de ELIZETE DIAS BARBOSA, matrícula nº 40114, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, admitida em 12 de janeiro de 1984, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4826/2001)

PORTARIA Nº 65/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de VILMAR FRANCISCO BUBNIAK, matrícula nº 40204, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, admitida em 01 de fevereiro de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4823/2001)

PORTARIA Nº 66/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de CIRLETE CARVALHO RIBEIRO, matrícula nº 40600, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, admitida em 01 de julho de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4722/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.06.2001.

PORTARIA Nº 67/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de NERITA RIBEIRO MELO VIANA, matrícula nº 40109, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4409/2001)

PORTARIA Nº 68/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias, a partir de 18 de maio de 2001, término em 17 de junho de 2001.

(Prot. nº 5479/2001)

PORTARIA Nº 69/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de LUCI MARTINS AZEVEDO, matrícula nº 40886, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Apoio Técnico, admitida em 01 de julho de 1989, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4834/2001)

PORTARIA Nº 70/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de SUZANA OZORES, matrícula nº 40533, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, admitida em 10 de junho de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4785/2001)

PORTARIA Nº 71/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de SANDRA MARA PRESTES SCHEFFER, matrícula nº 40647, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário da Casa, admitida em 09 de julho de 1985, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4786/2001)

PORTARIA Nº 72/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo do serviço público de ANA CRISTINA CANORO, matrícula nº 40943, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário da Casa, admitida em 15 de setembro de 1987, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 a 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4789/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.06.2001.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral